

**18.^a Conferência Interparlamentar
sobre a Política Externa e de Segurança Comum
e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD)**

3-4 de março de 2021

por videoconferência

Declaração dos Copresidentes

Observações preliminares

A 18.^a Conferência Interparlamentar (CIP) sobre a PESC/PCSD realizou-se no contexto da dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da UE em 3 e 4 de março de 2021. Devido à atual pandemia de COVID-19, o evento foi realizado pela segunda vez por videoconferência. Contou com a presença de parlamentares dos Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. Participaram igualmente parlamentares de países candidatos e potenciais candidatos à UE, bem como de países membros europeus da NATO que não são membros da UE, nomeadamente da Albânia, da Islândia, da Macedónia do Norte, de Montenegro, da Noruega, do Reino Unido e da Sérvia.

Nós, os copresidentes da 18.^a CIP:

- Sublinhamos que a pandemia de COVID-19 continua a ter consequências económicas, sociais, políticas e, em particular, geopolíticas que afetarão inevitavelmente aspetos-chave da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE. Salientamos que o ambiente de segurança da UE é hoje mais volátil e mais imprevisível, sendo um dos mais complexos e ambíguos desde o fim da Guerra Fria.
- Consideramos o surto global da pandemia de COVID-19 um fator que alterou o contexto internacional e um catalisador de mudança na ordem global. Salientamos, a este respeito, a importância fundamental da resiliência interna da UE, o desenvolvimento de novas parcerias e o reforço da visão multilateral da UE à escala mundial. Saudamos as iniciativas Equipa Europa e Resposta Mundial ao Coronavírus, que estão a ajudar os países parceiros a enfrentar o impacto da pandemia.
- Louvamos a ação da Comissão Europeia na decisão sem precedentes de adquirir e distribuir vacinas para a COVID-19, como um momento notável de afirmação da unidade europeia.
- Apelamos à necessidade de adaptar e ajustar rapidamente a resposta da UE a esta nova realidade geopolítica. Recordamos que a União Europeia é um «parceiro de eleição» para terceiros, guiado pela promoção da democracia e pela proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Sublinhamos que a UE é um interveniente e mediador fiável na resolução de conflitos, mas também um líder na promoção de

quadros multilaterais. Congratulamo-nos com a Comunicação Conjunta relativa ao reforço da contribuição da UE para um multilateralismo assente em regras.

- Apelamos a uma vontade política genuína dos Estados-Membros para impulsionar conjuntamente os objetivos da política externa da UE e contrariar as tentativas de países terceiros de dividir a UE. Notamos que ainda existe um grande potencial por explorar na combinação e integração de todas as vertentes do poder tangível e intangível da ação externa da UE para alcançar os nossos objetivos em matéria de PESC e PCSD.
- Exortamos o Presidente do Conselho Europeu, o Presidente da Comissão e o Secretário-Geral da NATO, na qualidade de guardiães da Declaração Conjunta UE-NATO, a impulsionar a cooperação UE-NATO com vista a melhorar o desenvolvimento de capacidades e a contribuir para a paz e a segurança na Europa e no mundo. Convidamos o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança a assegurar, com as suas propostas, que as futuras Orientações Estratégicas sejam coerentes com o papel da NATO reconhecido pelos Tratados. Incentivamos os Estados-Membros a permitirem mais progressos nas relações UE-NATO, resolvendo questões relacionadas com o intercâmbio de informações, permitindo a participação de não-membros em atividades de ambos os quadros e abordando globalmente a defesa e a resiliência europeias e transatlânticas.
- Salientamos a necessidade de reforçar a influência global da UE, de consolidar as nossas alianças estratégicas com parceiros que partilham as mesmas ideias em todo o mundo e de diversificar a nossa cooperação numa base *ad hoc*. Acreditamos na importância de reforçar a «soberania estratégica» da UE, a fim de permitir um processo decisório mais rápido e mais eficaz, de reforçar a capacidade da UE e dos Estados-Membros para estabelecer uma verdadeira união da defesa, a fim de reforçar a capacidade de ação da UE.
- Acolhemos com agrado a Comunicação Conjunta sobre a «Parceria renovada com a vizinhança meridional – Uma nova Agenda para o Mediterrâneo». Reafirmamos a importância estratégica da vizinhança meridional da UE e a necessidade de promover a estabilidade política, democrática e socioeconómica e de apoiar os nossos parceiros na vizinhança meridional para fazer avançar as reformas necessárias e criar novas oportunidades para os seus jovens. Reiteramos que todos os intervenientes na região devem comprometer-se a prosseguir o diálogo de boa-fé e a abster-se de ações unilaterais que sejam contrárias aos interesses da UE e violem o direito internacional e os direitos soberanos de outros países, especialmente se tal afetar os Estados-Membros da UE. Salientamos o valor da diplomacia parlamentar e o papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE no reforço de uma capacidade de diálogo, compromisso e cooperação mais profunda com os nossos parceiros na vizinhança meridional. Salientamos o papel que a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, atualmente presidida pelo Parlamento Europeu, pode desempenhar no reforço dos objetivos da Comunicação Conjunta, com especial referência aos esforços conjuntos para a defesa do clima e aos esforços conjuntos renovados para um mar Mediterrâneo sustentável e ambientalmente preservado. Apoiamos a organização de uma cimeira entre a UE e os nossos parceiros na vizinhança meridional para fazer avançar o diálogo e a cooperação sobre a nova agenda para o Mediterrâneo e a respetiva implementação.
- Reafirmamos a importância da parceria UE-África, que só poderá ser bem-sucedida se for verdadeiramente uma parceria entre iguais, assente na solidariedade e responsabilidade própria e numa visão comum para o nosso futuro. Apelamos a uma

verdadeira parceria entre a União Europeia e a União Africana, com ênfase numa maior coerência entre as políticas da UE, na afetação transparente dos recursos da UE orientada para os resultados e numa aliança política revigorada, que deve ir além da tradicional cooperação humanitária e para o desenvolvimento, para que a nossa parceria possa realizar o seu potencial. O trabalho comum deve abordar cinco tendências: uma parceria para a transição ecológica e o acesso à energia; uma parceria para a transformação digital; uma parceria para o crescimento sustentável e o emprego; uma parceria para a paz, a segurança e a governação; e uma parceria em matéria de migração e mobilidade. Sublinhamos que uma África próspera, pacífica e resiliente é um objetivo essencial da política externa da UE, que deve centrar-se, em especial, no multilateralismo, na paz, na segurança e na estabilidade, no desenvolvimento sustentável e inclusivo e no crescimento económico sustentável. Apoiamos a organização da Cimeira UE-África dos Chefes de Estado e de Governo em 2021.

- Manifestamos preocupação pelo facto de, recentemente, vários países da vizinhança oriental da UE se terem tornado centros de crises políticas e militares e terem assistido ao ressurgimento de intervenientes regionais assertivos. Recordamos que a situação na região foi agravada pela pandemia de COVID-19 e pelo seu impacto económico e social. Sublinhamos que, embora se tenham alcançado resultados satisfatórios em muitos domínios, é necessário realizar novos progressos em domínios como o sistema judiciário e o Estado de direito, bem como na luta contra a corrupção e na desoligarquização da economia.
- Condenamos veementemente a atual repressão contra as forças democráticas e os meios de comunicação social independentes na Bielorrússia. Lamentamos que, apesar da condenação pela comunidade internacional, o regime de Lukashenka continue a privar os bielorrussos dos seus direitos mais básicos e a perseguir representantes das forças democráticas, jornalistas, defensores dos direitos humanos, ativistas da sociedade civil e sindicalistas independentes. Instamos o regime a pôr termo a estas repressões e a aceitar um verdadeiro diálogo nacional conducente a uma transição harmoniosa do poder. Reafirmamos o nosso apoio contínuo e inabalável ao povo da Bielorrússia na sua luta corajosa pelo respeito da sua dignidade e dos seus direitos fundamentais.
- Reiteramos o apelo a um compromisso renovado para com uma política de alargamento credível através de uma integração coerente dos Balcãs Ocidentais, integrando firmemente a região nos processos e estruturas da UE, defendendo a democracia, o Estado de direito e a reconciliação. Salientamos a necessidade de reforçar a cooperação e a solidariedade na resposta conjunta aos desafios, incluindo a ingerência externa, a desinformação, a migração e o impacto socioeconómico da pandemia de COVID-19. Aguardamos com expectativa a realização das primeiras conferências intergovernamentais com a Albânia e a Macedónia do Norte. Acreditamos que a Conferência sobre o Futuro da Europa deve envolver ativamente os representantes dos países dos Balcãs Ocidentais, tanto a nível governamental como da sociedade civil e da juventude.
- Condenamos a decisão das autoridades russas de deter e condenar Alexei Navalny, o que viola claramente o direito internacional e a Constituição da Federação da Rússia. Exortamos as autoridades russas a libertarem imediatamente Alexei Navalny e todos os outros manifestantes pacíficos detidos arbitrariamente durante e após as manifestações realizadas em janeiro e fevereiro, bem como a pôr termo à violência e intimidação contra ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e jornalistas. Acreditamos que os recentes desenvolvimentos na Rússia confirmam a necessidade de repensar e reformular a estratégia da UE em relação ao Governo russo e de reforçar o apoio da UE

aos cidadãos russos. Apelamos à utilização, sempre que adequado, do regime global de sanções para as violações dos direitos humanos (legislação Magnitsky da UE) pela UE para punir todos os responsáveis por violações dos direitos humanos na Rússia.

- Congratulamo-nos com a celebração do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, um acordo equilibrado que protege a integridade do mercado interno, a indivisibilidade das quatro liberdades e limita as consequências negativas da saída do Reino Unido da UE, proporcionando segurança jurídica aos cidadãos e às empresas. Lamentamos que o acordo não contenha disposições em matéria de política externa e de segurança, apesar de a Declaração Política de 2019 ter previsto essa cooperação. Sublinhamos que é do interesse de ambas as partes manter uma cooperação estreita e duradoura nestes domínios. Apoiamos a criação de uma Assembleia Parlamentar de Parceria para os Deputados dos Parlamentos Europeu e do Reino Unido, tal como previsto no Acordo.
- Acolhemos com agrado o compromisso renovado da administração dos EUA no sentido de reforçar as alianças mundiais, em especial a transatlântica, e de restabelecer a confiança na ordem multilateral assente em regras. Acolhemos com agrado a iniciativa da Comissão e do SEAE de conceber uma nova agenda transatlântica adequada ao atual panorama mundial, tal como apresentada na Comunicação sobre «Uma nova agenda UE-EUA para uma mudança a nível mundial». Acreditamos que a cooperação entre a UE e os EUA pode ser reforçada no que diz respeito à luta contra a pandemia de COVID-19 e às suas consequências económicas e sociais, à cooperação multilateral, ao apoio e à reforma das organizações internacionais, às alterações climáticas, à segurança e à defesa, à democracia, à proteção dos direitos humanos a nível mundial, à tecnologia, ao comércio e às normas.
- Sublinhamos a necessidade de estabelecer uma estratégia renovada e unificada entre a UE e a China, a fim de ter em conta a complexidade e a escala das relações da UE com a China. Em consonância com as Conclusões do Conselho Europeu de outubro de 2020, apoiamos o apelo à Comissão e ao Alto Representante para que apresentem um relatório de progresso sobre a Perspetiva Estratégica UE-China até março de 2021. Recordamos a necessidade de continuar a abordar todas as questões na agenda de ambas as partes e reconhecemos que, embora devam prosseguir os esforços para alcançar uma cooperação mais estreita no que diz respeito às alterações climáticas e ao ambiente, a UE deve manifestar firmemente a sua oposição aos recentes desenvolvimentos em Hong Kong e ao tratamento das minorias étnicas e religiosas no território chinês e apelar a um compromisso mais forte por parte da China no domínio dos direitos humanos.

Marcos Perestrello, Deputado à Assembleia da República
Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Chefe da Delegação da Assembleia da República

David McAllister, Deputado ao Parlamento Europeu
Presidente da Comissão dos Assuntos Externos do PE, Presidente da Delegação do PE